



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

***Lei 10.639/03 – Fortalecimento ou Enfraquecimento de Uma Política
Pública que requer a Igualdade Racial?***

Brasília-DF
2014
ANDREA BORGES BOTTINO

***Lei 10.639/03 – Fortalecimento ou Enfraquecimento de Uma
Política Pública que requer a Igualdade Racial?***

**Monografia apresentada a Universidade de
Brasília (UnB) como requisito para
obtenção do grau de Especialista de Gestão
de Políticas Públicas em Gênero e Raça.
Orientadora: Prof. Ms. Deborah Silva
Santos**

Brasília-DF

2014

Bottino, Andrea Borges

Lei 10.639/03 – Fortalecimento ou Enfraquecimento de Uma Política Pública que requer a Igualdade Racial? Andrea Borges Bottino. –Distrito Federal- Brasília, 2014.
57 folhas.

Orientadora: Prof. Ms. Déborah Silva Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília – UnB, Faculdade de Educação - EaD, 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Ms. DÉBORAH SILVA SANTOS

Professora-orientadora

Profa. Ms. CLAUDIA DENIS ALVES DA PAZ

Professora – examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu o dom da vida, me deu a graça de lutar em busca da conquista de minhas realizações, e que só ele sabe o quanto foi difícil, quantas tribulações passei neste percurso para conseguir realizar este curso.

À professora Ms. Deborah Silva Santos, à tutora Kelly Tatiane Martins Quirino e todas as pessoas envolvidas no Curso Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça / GPP-GeR durante esta longa caminhada, e que me ajudaram *“a voar em sua sabedoria, mesmo sabendo que este voar depende da sabedoria de cada um de nós...”*

A todos vocês que amo (minha mãezinha Ildete, meus filhos: Giovanna, Isabella e Guilherme) que abriram mão de momentos de convívio, que sofrem com a minha ausência quando o aprendizado me chama.

A você meu irmão, Marcelo, que mesmo estando longe/perto, torce pelo meu sucesso...

RESUMO

Esta monografia é o resultado da pesquisa intitulada como “*Lei 10.639/03 – Fortalecimento ou Enfraquecimento de Uma Política Pública que requer a Igualdade Racial?*”, que teve como objetivos identificar e avaliar na percepção dos gestores e coordenadores a implementação da Lei 10.639/03 em três escolas da Região Administrativa Y do Distrito Federal, e verificar a existência ou não de monitoramento da lei no interior das escolas pela Gerencia de Ensino da citada região, e ainda a percepção dos mesmo, sobre o reconhecimento dos docentes sobre as questões sociais/raciais que a lei apresenta. Para isso, discutiu-se a historia da educação da população negra no Brasil, a importância dos movimentos sociais no que tange esta população, e as políticas públicas em específico a Lei 10.639/03 no interior das escolas, como sendo uma premissa fundamental para a construção, ampliação e concretização do reconhecimento e da importância desta população no Brasil. Tencionando analise da teoria da lei mencionada, com a prática referendada nas escolas, numa perspectiva de desvelar ou não possíveis contribuições de igualdade social e racial nas questões de raça-etnia.

Palavras-chave: Lei 10.639/03 - racismo – implementação - escola

SUMARIO

CAPITULO 1 -CONSIDERAÇÕES INICIAIS	07
CAPITULO 2 - LEI N. 10.639/03 CRIAÇÃO	16
CAPITULO 3 - ANALISE DOS DADOS	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	34
ANEXOS	35

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sou Pedagoga, e há vinte e quatro anos, atuo na Secretaria de Estado de Educação, fazendo parte da equipe gestora de algumas escolas, ora, como assistente de direção, ora na secretaria das escolas, contudo, sempre busquei nas práticas administrativo-pedagógicas utilizar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo dos anos, advindos de cursos de gestão escolar, Especialização em Administração da Educação, e ainda, em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR), percebo-me como sendo uma “pensadora revolucionária”, sempre buscando na prática, frear as questões que permeiam as desigualdades sociais no interior da escola, tentando garantir a igualdade indiscriminada para todos.

Nesta perspectiva, de assegurar condição social igual para toda população, e analisando os dados oficiais do Censo, (IBGE, 2010), verificamos que o grupo de indivíduos considerados negros e pardos corresponde a 51% da população brasileira, diante disto, e através das discussões sobre as questões das desigualdades sociais relacionadas a raça-etnia na sociedade brasileira, que foram realizadas ao longo do curso de gênero e raça, e estudados nos módulos do curso em questão, descobrimos que existem inúmeros grupos sociais, que buscam diminuir ou mesmo frear os efeitos negativos que esta população sofreu/sofre desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais na sociedade brasileira.

Ponderando sobre as questões da população negra no país, no que tange a discriminação, o racismo que se referem à área educacional, estabelecemos discutir dialeticamente e historicamente sobre as políticas públicas voltadas à população negra no interior das escolas. Nesta perspectiva, elaboramos a presente monografia, considerando fundamental o estudo da história da população negra na sociedade brasileira, da Lei 10.639/03 e sua implementação nas escolas, haja vista, as questões de desigualdades, discriminações, existentes que perpetuam desde do descobrimento do Brasil, até a presente data.

Reconhecendo através desta lei, a importância no processo de enfraquecimento das discriminações existentes para a população negra, principalmente, no interior das escolas, haja vista acreditar que através da educação pode-se criar um mundo mais humano e igualitário.

Buscamos com esta investigação, a capacidade de analisar a implementação, utilização da Lei 10.639/03 nas escolas publicas, descortinando sua proposta, se a mesma contribui ou não no combate à desigualdade racial brasileira, suas nuances nas questões de contextualização e sua utilização nas escolas.

É comum ouvirmos que o país ao qual vivemos, é um país sem discriminação, sem racismo, portanto, sem desigualdade. Onde todos “*são iguais perante a lei*” e, que todos tem a mesma oportunidade humana e social. Indubitavelmente, percebe-se um tapa-olhos na sociedade brasileira no que concerne à questão racial no Brasil.

As dimensões destas desigualdades constituem um valor impar para a vida humana, e permanecer inertes a estes assuntos é uma forma de permanecer com as desigualdades existentes, portanto adotar mecanismos que afirmem como sujeitos esses grupos, e assinalar a igualdade constitucional de fato, dependerá das ações políticas desenvolvidas pelos setores de poder do Estado e, sobretudo das políticas focais, que permeiam exclusivamente, nesse caso, a população negra, porém enfatizando ainda, que cada um de nós, pode e deve utilizar todos meios possíveis para interagir, promover e efetivar ações que acabe ou diminua as desigualdades, discriminações existentes para a população negra.

Respeitar esse grupo social e exigir que sejam elaboradas e referendas estratégias políticas e movimentos sociais que os valorizem, é condição “*sine qua non*” para concretização da igualdade constitucionalizada, direcionando de forma eficiente uma política social focal, para fortalecer a sociedade brasileira no combate à desigualdade racial, desta maneira acredita-se que diagnosticar a utilização desta lei nas escolas, seu reconhecimento, sua proposta, sua execução, sua efetivação na vida social escolar, é uma medida também chamada de monitoramento, eficiente para sua aprovação ou não, enquanto política pública, numa perspectiva de uma construção social indiscriminada.

E, com a criação da Lei 10.639/03, que oficializa o conteúdo programático nas escolas públicas e particulares brasileiras, de Historia da África e dos Africanos, a cultura negra brasileira, o negro na formação da sociedade nacional, dentre outros temas relevantes numa perspectiva de resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política brasileira, percebe-se um grande avanço na construção de políticas públicas focais.

Acreditando na supremacia que bate latente no meu peito, considero importante a participação de todos, como sujeitos ativos, em algum processo de desenvolvimento social, no meu caso, principalmente o que permeia a educação. Nesta perspectiva, analisar esta lei, aos olhos dos profissionais que atuam na ponta, ou seja, no corpo gestor, e ainda com seus respectivos coordenadores pedagógicos que atuam com os docentes, percebo poder analisar e avaliar esta política no interior das escolas.

Nesta concepção, acredito que é no espaço escolar que podemos expressar os princípios básicos de humanidade e ainda, dos direitos existenciais. E um dos instrumentos para verificar se a lei prevalece na prática seria o monitoramento da utilização da Lei no interior da escola.

Delimitando o tema de estudo sobre a Lei 10.639/03, objetivamos analisar e avaliar como foi implementada na visão dos gestores, coordenadores, no interior de três escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, na região administrativa Y, a existência ou não de monitoramento, supervisionamento desta lei, por parte de órgãos superiores no interior das escolas, qual a percepção dos gestores e coordenadores no que concerne o reconhecimento da lei, pelos docentes no interior das escolas e ainda, buscamos a resposta para este questionamento: *Lei 10.639/03 – Fortalecimento ou Enfraquecimento de Uma Política Pública que requer a Igualdade Racial?*

Porém, existe uma imensa complexidade e limitações que envolvem o debate do tema: raça, uma vez que, a sociedade nos manipula e desenvolve meios onde acreditamos a ilegitimidade dessa discriminação, contudo um olhar mais político, em todo o contexto histórico de nossa cultura encontrou indícios e subsídios que sem sombra de dúvida, nos permite um olhar além, e se pontuarmos ainda com os índices de pesquisa dos órgãos governamentais, em sua análise pode-se retratar pontualmente a questão da desigualdade da vida população negra.

Diante desse objeto de estudo, a pesquisa voltou-se para apresentar o diagnóstico da lei 10.639 no interior das escolas como um recurso impar no monitoramento desta política.

O caminho desta pesquisa se deu por meio, primeiramente, da leitura de literatura da história da população negra no Brasil, no que tange, o racismo

vivenciado através das práticas do “jogo de poder” do Estado em relação à esta população. Sobretudo as discriminações vividas por esta população, perpetuadas pela sua exclusão social e racial em suas diversas formas de manifestação. Mostrando também, o desenvolvimento social desta população, no que concerne a transformação do sujeito, buscado através de movimentos sociais, participação em políticas focais, sua inserção na sociedade brasileira. No segundo momento abordamos sobre a criação, regulamentação da Lei 10.639/03, e sua implementação, suas metas, monitoramentos, seguido pelos órgãos federais e distritais, criados para assessorar a lei. No terceiro capítulo, os dados levantados através dos questionários realizados com 03 (três) gestores e 03 (três) coordenadores de 03 (três) escolas da rede pública de ensino da área administrativa y do DF, e ainda do responsável legal da Regional de Ensino responsável pela execução e monitoramento da Lei, foram analisados.

CAPITULO I

Educação e a população negra

Historicamente sabemos que a população negra brasileira foi proibida de ter acesso à educação por ter sido escravizada por mais de 380 anos, desde o descobrimento do Brasil nos anos de 1.500, até a assinatura da Lei Áurea, em maio de 1888, contudo não foi a lei que permitiu aos mesmos acesso aos estudos, compactuado com Miranda (2002, p.2) “... o lugar do Negro na sociedade brasileira não é atenuado com a abolição...”

Apoiando Miranda, Rodrigues (2010) acrescenta que nenhuma medida foi tomada visando a inclusão da população negra nos espaços sociais. Predominando, os processos de exclusão, discriminação da desta população por toda a sociedade detentora do poder. Onde:

... O processo de construção da dominação colonial é elaborado no centro do poder do Estado – nação que simultaneamente constitui estruturas ideológicas capazes de manter a identidade do povo europeu e criar diferenças com os demais povos colonizados. (Miranda, 2002, p. 1)

E ao analisar o discurso sobre raça-etnia, entenderemos que este está conforme Oliveira “imbricado no poder e na forma de como o Estado nasceu e se organizou ao redor dos sujeitos” (2009, p. 07), ou seja ,os mecanismos legitimadores do poder, da dominação, da soberania, do poder disciplinar, para esta população foi historicamente percebido, onde

na submissão de outros, os(as) negros(as) recém libertos(as) adentraram em um processo de segregação social por meio da exclusão territorial, educacional e do mercado de trabalho e foram empurrados às regiões periféricas onde permanecem esquecidos(as) foram proibidos de frequentar escolas e não contaram com oportunidade de trabalho (Paixao, apud Rodrigues 2010, p. 6)(grifo nosso)

Neste domínio de poder do estado com a população negra, utilizamos o conceito de domínio de classe de Weber, *que assegura que a vida social é uma luta constante*. Por conta disso, ele não vê possibilidade de relação social sem dominação. “... Não existe e nem vai existir sociedade sem dominação, porque a

dominação é condição de ser da sociedade...” (Quaresma). A dominação faz com que o indivíduo obedeça a uma ordem acreditando que está realizando sua própria vontade. O indivíduo conforma-se a um padrão por sua própria escolha e acha que está tomando uma decisão própria. E ainda de acordo com Quaresma existem para Weber três tipos de dominação – tradicional – obediência pelos costumes, a carismática os líderes são superiores de coragem e inteligência inigualáveis e a dominação legal através das leis, regras que os indivíduos se submetem.

Estando dominados pela sociedade a população negra, outrora, obedientes as leis, enquanto escravos, agora dominados pelas leis e regras vigentes as quais todos somos submetidos, observando, muitas vezes, leis que ignoram o significado das palavras - igualdade de oportunidade social, sem levar em conta o contexto histórico de cada população.

Diante destas leis, regras, está implícito os conceitos de Poder de Giddens é definido como “... *mais intenso e durável quando se faz presente, silenciosamente, por meio da repetição de práticas institucionalizadas...*” (2008:.) e ainda expressa que este poder de tão intenso e durável, também seja uma forma de controle, uma forma de domínio, onde, “... *a dominação é expressa como modo de controle, por onde alguns agentes procuram adquirir e manter o consentimento de outros. ..*” (ibidem)

A população negra, na categoria de vítima deste controle manipulador, dominador do Estado, descobre-se, manipulada pela classe dominante, que oculta em sua “ideologia social” seus mecanismos de subordinação, na busca da submissão, da alienação, desta população que mantém a “imobilidade do seu eu” em detrimento ao comando de domínio vigente, desta forma, não consegue romper com as desigualdades tão marcantes de sua história.

Estas provocam a negação de existência desses indivíduos, onde os mesmos se sentem humilhados, discriminados, e são violentados em sua dignidade e privados de seus direitos.

Diante do impacto do “poder”, do “domínio” do Estado em relação à liberdade, igualdade, cidadania, discriminações dentre tantas outras, questões sociais impostas ou mesmo renegadas à população negra, compreender que nem com a Lei Áurea, no ano de 1888, a liberdade da população negra foi realmente referendada, é um fator impar para visualizar toda a discriminação social latente à esta população, haja vista que a própria sociedade brasileira, o próprio Estado, viveram inertes às

questões políticas onde negaram agir em defesa do ser humano, compactuando com a condição preconceituosa do poder dissimulador vigente.

Santos & Barros, no artigo do Estado da Arte (2012: 01), exemplifica, as inúmeras perdas que foram impostas à população negra, dentre elas, a educação, o ensino primário, uma vez, que esta população ficou à margem da educação brasileira. Neste artigo consta que o governo imperial, ou seja, o detentor do poder, no Ato Adicional de 1834, atribuiu às Assembleias Legislativas provinciais a responsabilidade e a competência de legislar sobre a educação primária. Onde cada província legislaria sobre a instrução primária, e nas províncias de Paraíba, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, em seus artigos e regulamentos “são proibidos e frequentar as escolas públicas os que padecem de moléstias contagiosas, os escravos e os pretos africanos, sejam libertos ou livres”. Ou seja, nem mesmo os escravos livres poderiam frequentar as escolas públicas. Desta forma, diante de tantas discriminações, podemos garantir que o fim da escravidão no Brasil, não significou nem reconhecimento nem a reparação das inúmeras perdas que foram impostas à população negra.

Até mesmo o direito estabelecido na Constituição Federal de 1988, em seu art. V: “Todos são iguais perante a Lei”, não garante o reconhecimento e a legitimação dessa população, e mesmo no art.III da Constituição Federal onde propõe ainda, “construir uma sociedade livre, justa e solidaria” não é capaz de reduzir as desigualdades, perpetuando e corroborando com a discriminação vigente.

Assim com ideais de justiça social, onde todos os indivíduos são importantes para a sociedade igualmente, percebemos desta forma, que pensar num estado que estabeleça a construção justa de direitos de todos os indivíduos, da população negra e de todos os interessados, é defender a ideia (Durkheim apud Giddens p. 40) que enfoca que é somente com um equilíbrio de forças entre os grupos secundários e o Estado que o indivíduo pode existir de fato.

Para Durkheim in Giddens pg. 43 “O Estado é o órgão de pensamento social...”, ou seja, supõe que o Estado “representa o interesse daqueles que ele domina”, “subordina o Estado à sociedade”. Então, “O Estado não se move com suas próprias forças, ele tem de seguir o rastro dos obscuros sentimentos da multidão.” Com isto:

“Ao mesmo tempo, entretanto os poderosos meios de ação

de que dispõe o tornam capaz de exercer uma pesada repressão sobre os mesmos indivíduos de quem, por outro lado, permanece servo” (DURKHEIN, s.d. apud GIDDENS, 1998:16).

Diante disto, observamos que a população negra, com o histórico de suas lutas de classe, dos movimentos sociais, dentre eles, os movimentos pela abolição da escravidão, como a Revolta dos Males (1835) em Salvador, Revolta da Chibata (1910) no Rio de Janeiro, dentre outros, acompanhados de movimentos de emancipação da população negra mais organizada, e da sua interação nas políticas descobrem-se no “poder”, ou seja, através de sua participação em sua comunidade, mesmo tendo o Estado permanecido inerte por quase quatro séculos, esta população criou formas de lutas, de movimentos sociais almejando a igualdade social, em defesa do reconhecimento de seus direitos étnicos e culturais, de identidade e de território, contudo “se desprezar a centralidade da questão racial contribui-se para a persistência do racismo”.

De acordo com Rodrigues (2010, p.07), somente no século XX as políticas públicas com recorte racial são sinalizadas pelo Estado brasileiro, contudo estudos feitos a partir de dados estatísticos oficiais (PAIXAO: CARVANO, 2008 apud RODRIGUES) corrobora com o fato de que no Brasil o critério racial ainda determina o processo de exclusão social. E discorrer sobre raça-etnia, requer prioritariamente, políticas focais, uma vez que “as políticas universalistas precisam estar combinadas com políticas voltadas para a justiça social reivindicada pelos movimentos sociais” (HEILBORN, 2010, p.89); haja vista a especificidade e necessidade de cada política. Até por que “temos direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza: temos direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS: 2006:316).

Acreditando que a 3ª Conferencia Mundial contra o Racismo, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi um ambiente que fortaleceu a cultura do movimento negro internacionalmente, aonde reivindicou a implementação de políticas sociais para esta população, na “obtenção dos direitos sociais, econômicos, políticos e territoriais soma-se aos direitos à cultura e ao respeito à diferença”. A cultura desta população passa a assumir uma intensa dimensão política e é colocada como direito, possibilitando um alargamento da própria concepção de “movimento negro”.(2001, pg. 73)

Compreendendo que um dos responsáveis em estabelecer a diminuição das desigualdades vigentes é o Estado, e ainda, que será através do direcionamento de suas políticas públicas que incidirá a diminuição dessas desigualdades. Entendemos a política pública conforme (SOUZA, 2006, pg.26) como o campo do conhecimento que busca “colocar o governo em ação” ou seja propor ao governo a ação necessária para uma mudança necessária numa determinada situação.

Acreditando que a Lei 10.639/03, é um modelo de uma política pública de recorte, ou seja, uma ação afirmativa, que (GOMES,2009, pg.80) define como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas à discriminação racial [...] bem como, para corrigir os efeitos presentes da discriminação do passado tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva e acesso a bens fundamentais como educação e emprego.

Para além, da compreensão defendida por GOMES, da Lei 10.639/03, como sendo uma ação afirmativa, que propõe a correção das discriminações raciais vigentes, a incessante busca pela igualdade de direitos humanos desta população, bem como pela busca da cidadania, incluímos permanentemente a escola, como sendo o local prioritário de combate às estas discriminações.

Sendo assim, (CASTRO, 2004 pg. 10) defende que a escola vem também reunindo conhecimento por direitos e cidadanias e esforçando-se para uma educação de qualidade, percebemos que no ambiente escolar a população negra necessita de legitimidade, e defesa nas suas conquistas individuais ou coletivas de “*ser humano*” de um “*ser-ensendo*”, sobre as questões que perpetuam as discriminações e preconceitos que envolvem suas vidas.

Diante das desigualdades apresentadas envolvendo as questões de justiça social, de igualdade e liberdade entendemos que é nas escolas que estas desigualdades serão sanadas, pois no seu interior, existem mecanismos para emancipação e transformação de mudanças dos paradigmas existentes. E partindo da premissa de validação social para a população negra, vemos na Lei .10.639/03, um mecanismo que o Estado propôs para o reconhecimento e a legitimidade das políticas públicas focais, ou como política pública de ação afirmativa, uma possibilidade de avanço social para a população negra.

CAPITULO II

Lei 10639/03 – Criação e Órgãos Responsáveis

Como sabemos o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana sempre foi lembrado nas aulas de História do Brasil com o tema da escravidão negra africana. Com a criação da Lei no 10.639/03, onde altera a Lei n. 9394/96 incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", nota-se uma suposta reflexão do Estado sobre a condição da população negra no interior das escolas brasileiras.

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, após a aprovação da Lei 10.639/03, fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Portanto, as escolas exercem importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

As dimensões das desigualdades constituem um valor impar para a vida humana, e permanecer inerte a esta questão é uma forma de permanecer com as desigualdades existentes, portanto adotar mecanismos que afirmem como sujeitos esses grupos, e assinala a igualdade constitucional de fato, dependerá das ações políticas desenvolvidas pelos setores de poder do Estado e sobretudo das políticas focais, que permeiam exclusivamente, nesse caso, a população negra.

Com a implementação da Lei 10.639/2003, uma das primeiras sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, significa estabelecer novas diretrizes e práticas pedagógicas que reconheçam a importância dos africanos e afrobrasileiros no processo de formação nacional.

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, após a aprovação da Lei 10.639/03, fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Portanto, as escolas exercem importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

Também foi instituído, com a Lei, o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares. O dia da consciência negra é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil.

Com as alterações propostas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), houve uma série de ações do governo brasileiro para sua criação e seu incremento no interior das escolas brasileiras.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº. 03 de 10 de março de 2004), onde são estabelecidas orientações de conteúdos a serem incluídos e trabalhados e também as necessárias modificações nos currículos escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino, e a Resolução CNE/CP nº 01, publicada em 17 de junho de 2004, detalha os direitos e obrigações dos entes federados frente à implementação a Lei 10639/2003, e orienta as instituições educacionais quanto suas atribuições.

A esse respeito, cabe ressaltar que o parecer além de tratar com o processo de implementação da Lei, abordou a questão reafirmando que nas instituições educacionais o ensino deve convergir para a formação de cidadãos orgulhosos de seu pertencimento etnicorracial, qualquer que seja este, cujos direitos devem ser garantidos e cujas identidades devem ser valorizadas. E atribuiu aos professores o dever de destacar em sala de aula tal resolução.

Após cinco anos de existência da lei, em 2008 o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Social consideraram que a adoção da mesma, ainda não havia se universalizado, nos sistemas de ensino, pensaram na necessidade de fortalecimento desta lei, e criaram um grupo de trabalho, com o objetivo de *implementar nas diretrizes curriculares nacionais* em cumprimento da Lei para o ensino da história e cultura afro-brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões africanas.

Nesta concepção de valorização de identidade própria, Castro (2004) reafirma que “Cada identidade tem necessidades, formas de expressão, cultural e

contribuições civilizatórias próprias, como a que se orienta pela construção social entre os sexos e pelos direito a expressões múltiplas da sexualidade-genero,” ou seja, para além de uma transformação de sujeitos, as escolas brasileiras tem o dever de enfrentar positivamente a proposta da lei, utilizando de todos meios possíveis para interagir, promover e efetivar ações que acabe ou diminua as desigualdades, discriminações existentes, visando à educação de qualidade como um direito de todos e todas.

Posteriormente, a Lei 10.639/03 alterada pela Lei 11.645/08¹, onde percebemos uma proposta de novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, uma vez que, veio corroborar esse entendimento, reconhecendo que indígenas e negros convivem com problemas de mesma natureza, embora em diferentes proporções.

Para efetivação desta Lei, o governo federal criou órgãos para promover e executar as políticas focais, de igualdade racial e social, dentre eles estão, a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – SEPPIR; que conforme pesquisa realizada no site da SEPPIR (2014), é responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial e proteção dos direitos dos grupos raciais e étnicos discriminados, com ênfase na população negra. E ainda a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) criada pelo Ministério da Educação . A mesma, surge com a proposta de desenvolver e implementar políticas de inclusão educacional, considerando as especificidades das desigualdades brasileiras em específico a diversidade Etnicorracial.(site SECAD, 2014)

Juntas SEPPIR e SECAD, tentam implementar, ações, políticas públicas de combate à desigualdade racial em diversas ações e programas com a proposta de combate à desigualdade. Dentre elas a criação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, suas expectativas, é que ele seja um instrumento para a construção de uma escola democrática, de qualidade, que combata o preconceito, o racismo e todas as formas de discriminação. O Plano abordou seis eixos principais:

1) Fortalecimento do marco legal – Isso significa, em termos gerais, que é urgente a regulamentação das Leis 10639/03 e 11645/08 (que trata das questões indígenas) no âmbito de estados, municípios e Distrito Federal e a inclusão da temática no Plano Nacional de Educação (PNE).

2) Política de formação para gestores e profissionais de educação – A formação docente é outro ponto estratégico, ela deve contemplar a compreensão da dinâmica sociocultural da sociedade brasileira, visando à construção de representações sociais positivas que encarem as diferentes origens culturais de nossa população como um valor e, ao mesmo tempo, a criação de um ambiente escolar que permita que nossa diversidade se manifeste de forma criativa e transformadora.

3) Política de material didático e paradidático - constitui as principais ações operacionais do Plano, devidamente articulados à revisão da política curricular, para garantir qualidade e continuidade no processo de implementação.

4) Gestão democrática e mecanismos de participação social – reflete a necessidade de fortalecer processos, instâncias e mecanismos de controle e participação social, para a implantação das Leis 10639/03 e 11645/08. O pressuposto é que tal participação é ponto fundamental para o aprimoramento das políticas e concretização como política de Estado.

5) Avaliação e Monitoramento – aponta para a construção de indicadores que permitam o monitoramento da implementação das Leis 10639/03 e 11645/08 pela União, estados, DF e municípios, e que contribuam para a avaliação e o aprimoramento das políticas públicas de enfrentamento da desigualdade racial na educação.

6) Condições institucionais – indica os mecanismos institucionais e rubricas orçamentárias necessárias para que a Lei seja implementada. Reafirma a necessidade da criação de setores específicos para a temática etnicorracial e

diversidade nas secretarias estaduais e municipais de educação. (Portal MEC – PNIDCN Visto em 10 de junho de 2014)

Portanto, considerando a teoria, aparato burocrático de leis, portarias, diretrizes, no que tange a Lei 10.639/03 são instrumentos pontuais no que concerne objetivos de promoção de valorização e reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira.

Nos eixos principais do plano, observamos metas para garantir a qualidade da Lei em questão, uma vez que, analisando a proposta de contemplar a formação de gestores e profissionais, do material didático e paradidático, da gestão democrática e mecanismos de participação social, da avaliação e monitoramento são ferramentas democráticas que permitem promover o combate à discriminação vigente.

No Distrito Federal (DF) também foi criada a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal – SEPIR-DF, órgão de administração superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, compete dentre outros objetivos:

-
- I - formular diretrizes e políticas governamentais de promoção da igualdade e de combate à discriminação racial e étnica;
 - II - formular, coordenar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e de proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnico-raciais afetados por discriminação racial
 - III - promover, coordenar e executar programas, projetos e ações de promoção da igualdade e de combate à discriminação racial ou étnica (SEPIR-DF, 2014)

No organograma da secretaria existe o Núcleo de Educação, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Gerência de Raça, Gênero e Etnia, que é o órgão responsável pela implementação da lei em todas as escolas do Distrito Federal:

- I – promover ações de acesso à educação com recorte étnico racial;
- II - acompanhar a implementação da Lei nº 10.639/2003, no âmbito das escolas de Educação Básica e instituições de educação superior públicas e privadas;
- III - articular e estimular, no âmbito das escolas, atividades culturais e de formação para garantir a implementação da Lei nº 10.639/2003 (SEPIR-DF, 2014)

Nas escolas, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, a Subsecretaria de Educação Básica, SUBEP, é o órgão responsável pela implantação da lei, e a Coordenação de Educação em Diversidade é responsável direta pela lei no interior das escolas do DF.

Consta no site oficial da SEEDF as Orientações Pedagógicas nas páginas da SUPEB – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, em conformidade com o Lei, para implementação dos Artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dentre outros assuntos aborda a formação continuada do professor, sugestão de livros, endereços de universidades federais, que tem em seu programa grupos sobre a cultura afro, dentre outros. E considerando o que foi exposto, existe inúmeros órgãos responsáveis pela consolidação da Lei no interior das escolas. Os órgãos sugerem através do seus deveres, que as políticas públicas afirmativas para a população negra foram criadas e estão sendo asseguradas enquanto existência de órgãos estruturais.

CAPITULO 3

Analise dos Dados

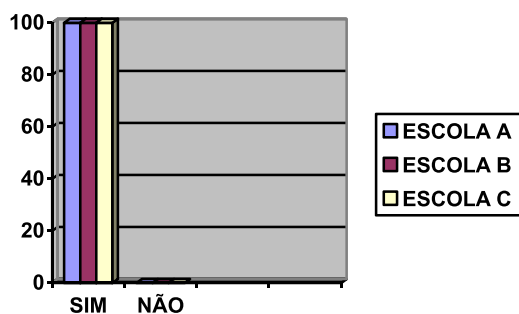
Este capítulo procurou analisar as respostas aos questionários que foram aplicados ao gestor e ao coordenador de três escolas da região administrativa Y, e ainda para o Gerente da Coordenação Pedagógica de Ensino. O questionário com 09 perguntas, uma questão fechada e as demais abertas, procurou abordar a opinião dos gestores/coordenadores sobre a possível existência de racismo no interior da escola, bem como descortinar a realidade da implementação da Lei 10.639/03, se existe monitoramento por parte das instancias superiores, e se a lei promove ou não a igualdade racial no interior das escolas.

Dos questionários entregues, não houve devolução de uma escola, e o mais interessante e intrigante foi que a Gerente Pedagógica da Regional de Ensino também não entregou. Foram realizados inúmeros contatos telefônicos, idas a Regional de Ensino, inclusive na própria residência a Gerente, todavia, não conseguimos receber o questionário em questão.

Em relação à questão sobre a existência de racismo no interior da escola foi constatado sua existência, em 100% dos questionários, em todas as três escolas pesquisadas, conforme gráfico abaixo. A respeito desta convicção da existência de racismo Rodrigues (2010) postula um pensamento onde afirma que a nossa sociedade é “indiscutivelmente racista” e acrescenta:

Significa afirmar que o racismo é uma forma de pensamento cristalizado nas instituições sociais e representa um retrato da interação/atuação e da transformação mutua entre sujeito e sociedade num processo de “retroalimentação” (RODRIGUES, R.M.M., 2010, p.5)

Gráfico 1 – Existe racismo no interior da escola



E contra fatos, não existem argumentos. Se na visão de cem por cento dos gestores/coordenadores questionados afirmam a existência de racismo no interior da escola, consideramos visível e necessário a construção de políticas públicas no interior das escolas para diminuir as práticas racistas discriminatórias para a população negra.

Considerando impar o que Garcia-Filice(2013, p.97) relata sobre a discriminação vigente à população negra, onde “O racismo torna-se então uma das causas da subjugação concreta de um ser humano pelo outro...”

Citamos a opinião pessoal dos gestores / coordenadores em relação a existência de racismo no interior da escola, que é a segunda pergunta:

Gestor da escolar “A”

O racismo uma ignorância. Como diz Gabriel o Pensador: Racismo, preconceito e discriminação em geral É uma burrice coletiva sem explicação Afinal, que justificativa você me dá Para um povo que precisa de união Mas demonstra claramente, infelizmente Preconceitos (Gestor A)

Enquanto que o gestor da escola “B”:

O racismo na atual conjuntura sócio-política do Brasil é realizado no geral de modo expresso. Há diversas condutas nas relações interpessoais que apresentam vestígios de racismo. Este pode ser encontrado desde uma piada ou brincadeiras ditas “inocentes”. Entretanto é importante ressaltar que há vários discursos nos quais o racismo é expresso.

Já o gestor da escola C:

Ainda é algo cultural no Brasil. E por isso, ainda não eliminamos o racismo da Sociedade Brasileira. O Povo agora que está discutindo sobre esse tema que era um tabu ou uma brincadeira de mau gosto entre os adolescentes e adulto. Pesquisas mostram que temos grandes discriminações sejam nos cargos públicos, políticos, artísticos, entre outras profissões

E o coordenador da escola A:

Sou contra, porém, é fato que ainda existe racismo e acredito que por haver impunidade aos que cometem, ele está crescendo dia após dia, sendo exibido em manifestações graves e insistentes na sociedade.

Coordenador da escola B

Considero o racismo como uma coisa hedionda, principalmente se existe em uma escola

Coordenador da escola C

Acredito que o racismo já foi mais alarmante, hoje, com todo o discurso de igualdade, esta mais ameno.

E diante de uma política pública, aqui, oficializada como a Lei 10.639/03, numa concepção de Garcia-Fillice (2013, p.97 e 98) ... e descortinou o preconceito e a discriminação raciais que estruturam as relações sociais no país e se infiltram nos sistemas de ensino, ponderou-se sobre sua utilização como fator impar para dissolução destas práticas discriminatórias.

Nesta concepção perguntou-se sobre a Lei 10.639/03, como ela é utilizada na sua escola (questão 3)?

Gestor A

Ela é utilizada nas aulas de história, PD (parte diversificada). Há um projeto cuja culminância ocorre no mês de novembro onde são ministradas palestras sobre a questão racial, bem como oficinas e atividades culturais ligadas a cultura africana.

Gestor B

Tornou-se obrigatório o ensino sobre a História da Cultura Afro-brasileira e em especial nas áreas de Educação artística, Literatura e História Brasileira. E no dia “nacional da consciência negra” os conteúdos são voltados a temática e recebem mais destaque, pois incita-se o aluno a refletir sobre o motivo da existência da data.

Gestor C

Foi uma grande vitória essa lei sobre racismo. Pois antigamente ninguém era apenado, ou seja, o racismo não era considerado crime. Aqui na Direção esse tema já é tratado todos os dias, pois temos discussões diariamente entre alunos com brincadeiras de “mau gosto” e temos até que chamar pais ou responsáveis. Já na escola o tema é tratado por professores de História, que aproveitando do acontecimento no futebol que saiu em toda a mídia, do fato de terem jogado uma banana para um jogador brasileiro na Europa. Chamando-o de macaco e em conjunto com a copa no Brasil estão utilizando o tema racismo para trabalhar com os alunos.

Coordenador da escola A

Através de leituras, palestras e debates, sobre o reconhecimento e a importância dos povos africanos na formação da sociedade brasileira.

Coordenador da escola B

É utilizada durante o ano letivo de forma interdisciplinar, e tendo como ponto fundamental o dia 20 de novembro que é o dia da Consciência Negra.

Coordenador da escola C

Toda a escola para no dia 20 de novembro, para reconhecer a importância da cultura afro no Brasil..

Considerando as respostas acima, admitimos que a Lei 10.639/03 é amplamente conhecida formalmente nas escolas pesquisadas da região administrativa Y do Distrito Federal, contudo, analisando as questões, percebe-se também, que parte dos gestores/coordenadores destaca a data do Dia da Consciência Negra – 20 de novembro como sendo primordial para o entendimento e estudo destas questões, diante disto, vemos a visão equivocada da Lei 10.639/03, haja vista instituir apenas um dia ao ano para realizar intervenções sobre este vasto tema.

A respeito desta visão equivocada Rodrigues, destaca a distancia entre a determinação legal e a efetiva implementação da lei 10.639/03, onde:

“De fato o ideal é que a temática seja um trabalho contínuo de forma a não ser reduzida a datas comemorativas “às danças, à música, futebol, à sensualidade da mulata, ao carnaval” como formas contribuição para a formação da sociedade brasileira” (GOMES, apud RODRIGUES, 2010)

Acolhendo Rodrigues (2010) temos a mesma percepção, em relação à questão anterior, “outro ponto interessante a ser destacado neste trabalho diz respeito ao fato de que os conteúdos propostos pela Lei 10.639/03, concentram-se não só em datas específicas, mas em professores e/ou disciplinas...”

Acreditando na existência de mecanismos obscuros no interior das escolas como sendo uma forma de negação para construção, para transformação social de toda população negra, perguntamos se a Lei 10.639/03 combate ou fortalece o racismo no interior das escolas, e diante de inúmeras respostas, predominou o discurso que “combate o racismo” numa perspectiva de construção, para transformação social no exercício de nossa cidadania como gestores, professores, educadores. Contudo o gestor da escola A, rebateu que *a lei apenas esclarece e informa sobre a história de um povo..* o que difere dos demais.

De acordo com as diretrizes dos Parâmetros Curriculares, a sociedade brasileira é constituída por diferentes etnias, devendo-se, por isso mesmo, respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem, combatendo o preconceito e a discriminação:

o grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 2000, p. 32)

Na questão 4, perguntamos: Para você essa lei combate ou fortalece o racismo nas escolas? Por quê?

Gestor A

Ela não combate, ela apenas esclarece e informa sobre a história de um povo que até em tão só se conheciam como escravo e inferiores aos demais povos

Gestor B

Isto corrobora para o combate ao racismo, visto que todo conteúdo é apresentado pelo professor de modo que seja ministrado para incitar a reflexão crítica sobre a temática

Gestor C

Como já falei, é uma lei nova, e ela pode não combater totalmente o racismo mais ira ajudar a diminuir as intensidades no racismo. Pois atualmente podemos nos utilizar de lei para apenar aqueles que insistem em ser racista.

Coordenador da Escola A

Com certeza o propósito da Lei no âmbito escolar é um grande combate do racismo, e posteriormente, com o conhecimento adquirido e aplicado na formação de uma sociedade menos racista.

Coordenador da escola B

Esclarece as questões de vida do povo afro descendente, sua cultura, seu modo de vida

Coordenador da escola C

Ameniza as questões de racismos..

Na questão 5, perguntamos : Na sua opinião, você identifica essa lei como uma política publica voltada a promoção de igualdade racial? Em que medida?

Gestor A

Não deixa de ser, contudo é necessários políticas públicas mais eficazes

Gestor B

Sim. Sou favorável a promoção de uma política publica voltada para a igualdade racial, pois compreendo que há ainda muitos obstáculos para combater o racismo no Brasil. Alem disto é essencial essa política ser promovida no ensino fundamental e médio, pois podemos incentivar o combate ao racismo desde as gerações mais atuais.

Gestor C

Não diria isso, diria que algumas pessoas da sociedade já não agüentando mais essas brincadeiras de “mau gosto” sobre o racismo conseguiram persuadir políticos em criarem essa lei. Tudo é um processo histórico, o que significa que levaremos ainda muito tempo para acabar com o racismo no Brasil.

Coordenador da Escola A

Sim. E para mim é um grande passo para o surgimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Coordenador da escola B

Sim. Busca por ações para minimizar as distorções, as desigualdades.

Coordenador da escola C *Não . Por que uma política publica deve envolver fatores de melhoria salarial, na educação e na saúde.*

Diante das respostas, concluímos que parte dos questionados, acreditam que a lei é uma política pública voltada para promoção da igualdade racial. Compartilhando:

[...]as políticas publicas são definidas, implementadas reformuladas e desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que tem lugar e que por isso guardam estrita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. Neste sentido, são construções informadas pelos valores, símbolos, normas, enfim, pelas representações sociais que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada realidade (AZEVEDO apud RODRIGUES, 2010, p.27)

Na questão 6, perguntamos: Na sua opinião, como esta lei é visualizada pelo corpo discente (alunos)? Você já percebeu alguma mudança de comportamento?

Gestor A *Há uma pequena mudança. Diria que é uma mudança tímida. Pois, a maioria não conhece a lei*

Gestor B *O corpo discente obteve um comportamento receptivo após a implementação da lei, pois os professores conduziram a discussão, no ambiente escolar de modo didático, reflexivo e critico, criou-se estratégias e mecanismos para garantir êxito e mudanças na realidade social do alunos*

Gestor C *Os adolescentes são os que na minha opinião brincam mais com esse tema, e agora com a Lei, a mudança esta acontecendo no comportamento deles, mas ainda considero uma mudança embrionária.*

Coordenador A *É visualizada de uma forma tranqüila e participativa.*

Coordenador da escola B *Mostra a cultura afro descende de uma maneira rica, menos escravista, a qual eles estão acostumados a saber. Não percebi nenhuma mudança*

Coordenador da escola C *Normalmente, não mudou nada.*

Percebe-se que não existiu envolvimento entre o grupo de gestão, professores para uma mudança de concepção da cultura afro, no corpo discente.

Acreditando que somente num ambiente escolar em que o todos os atores envolvidos no processo emancipatório, gestor, coordenador, professor, se

comprometam de forma contundente, não se calando diante das ideologias impostas, lutando pelo um novo saber, a população negra terá em efetividade benefícios reais de forma a findar com as discriminações existentes. E ainda, reconhecendo que por meio da educação a construção e reconstrução de todos envolvidos na sociedade: *a educação é um processo de socialização e criação de saberes, crenças, valores, como finalidade de ir construindo e reconstruindo as sociedades, os indivíduos e grupos que a constituem. (RIOS, 2012, p.3)*

Na questão 7, perguntamos: E pelo corpo docente (professores)?

- | | |
|-------------------------|---|
| Gestor A | A maioria dos professores desconhece a lei ficando a mesma restrita a professores de história. |
| Gestor B | A lei foi recepcionada pelos professores de modo positivo também, pois estes já fomentavam críticas sobre o racismo e acreditavam na necessidade do combate deste. |
| Gestor C | Nem todos os professores estão preocupados com o tema. Mas como sempre, existe um ou outro que se manifesta, que se utiliza da lei para trabalhar com os alunos, e ajudar a mudar esse Brasil |
| Coordenador da escola A | <i>Também participativa e aplicada em forma de debates, pesquisas e trabalhos voltados inclusive para a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra.</i> |
| Coordenador da escola B | <i>Também constroem um novo olhar sobre a cultura afro, de modo de vida etc.</i> |
| Coordenador da escola C | <i>Também normal. Não mudou nada.</i> |

Mais uma vez, o desconhecimento, e a ausência de metodologias foi visualizado, no tema em questão. Acreditando que o gestor deveria compartilhar, construir estratégias para propor mudanças existe o equivocado pensamento de que *nem todos os professores estão preocupados*, pondero aqui, questionando a forma em que o próprio gestor / coordenador validam estas questão, como sendo normal. E considerando que estas questões deveriam estar plenamente representadas pelo grupo gestor, nas coordenações das escolas, bem como nas atividades desenvolvidas em sala de aula, pois será através desses mecanismos que haverá o conhecimento, o comprometido e renascer de um novo mundo. Desta forma, ... *É um*

movimento longo e complexo, no sentido de as pessoas nele envolvidas irem renascendo, a cada momento, junto com os outros. (RIOS, 2012, p.3)

Na questão 8, perguntamos: Você mudaria alguma coisa na Lei? O quê? E por quê?

Gestor A *Sim, colocaria como obrigatória a história da África nos livros didáticos e obrigatoriedade da formação continuada do grupo docente.*

Gestor B *No momento, não.*

Gestor C *Não me sinto pronta para responder essa pergunta. Pois uma lei leva tempo para ser criada e tempo para podermos analisar sua eficácia.*

Coordenador da escola A *Não. Acredito que a criação da Lei já é fruto de uma aclamação social para a futura extinção do racismo no Brasil.*

Coordenador da escola B *Esclarece as questões de vida do povo afro descendente, sua cultura, seu modo de vida*

Coordenador da escola C *Ameniza as questões de racismos..*

Percebe-se que os gestores estão conformados com a lei vigente, porém, discutir uma reconstrução dos conteúdos, das atividades curriculares e extra-curriculares, numa percepção de formação continuada da Lei, num resgate do cotidiano, de experiências oriundas desta lei, buscando contribuir, na vida e na realidade social da população negra foi um item negado por todas escolas questionadas.

Considerando ainda, a resposta do diretor A, onde propôs a obrigatoriedade da formação continuada do grupo docente, fica nítida a importância desta formação, que de acordo com Rodrigues (2010) “A aprovação da Lei 10.639/03 exige implementação de currículos efetivamente democráticos bem como a capacitação de pessoal para sua implementação” e reforça “o que implica dizer que o fomento para a formação e qualificação dos professores é condição imprescindível no sentido de garantir o êxito no processo.” (SILVA, apud. RODRIGUES, 2010, p.145)

E ainda, na questão 9: Existe por parte da gerencia de ensino um monitoramento no que tange essa lei? Como?

Gestor A *Não*

Gestor B Sim, existe um dia específico para reunião geral onde são discutidos os temas a serem abordados e num outro momento os professores de área afins se encontram para discutir o conteúdo, acontecendo a interdisciplinaridade. Reflexões são feitas acerca dos temas discutidos e do trabalho até então desenvolvido.

Gestor C *Foram criados dias dentro do calendário escolar para que tratemos desse assunto, mas não dá para avaliar se o que está sendo feito realmente acontece em todas as escolas. Seria necessário que alguém da Gerência de Ensino respondesse isso*

Coordenador da escola A *Sim. O acompanhamento é feito tanto por parte dos gestores como coordenadores ligados diretamente ao corpo docente.*

Coordenador da escola B *Sim existe. Principalmente no dia no mês de novembro, para o dia 20 Dia da Consciência Negra.*

Coordenador da escola C *Acho que não. Desconheço*

Diante das concepções acima, verificamos que existe um gerenciamento por parte das regionais de ensino, dos coordenadores etc, contudo existiu referencia significativa no dia 20 de novembro como sendo impar para discussão desta lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou, na percepção dos gestores bem como coordenadores, a existência de racismo no interior das escolas. Foram pontuais, quanto a visibilidade deste comportamento ofensivo, evidenciaram que é necessário neutralizar esta ação. Contudo, não demonstraram ações educativas para melhoria das mesmas, e nem justificaram sua ausência.

Diante desta evidencia, esclarecemos que concordamos com RODRIGUES (2010), quando reconhece que a escola é o ponto de partida para adoção de mecanismos transformadores, reconhecendo que “A escola deve ser a principal fonte de promoção da igualdade racial por guardar a capacidade de formar, conscientizar e transformar traçando um caminho inverso ao da segregação racial...” contudo não verificamos a adoção de princípios emancipadores, por parte do grupo de gestão, para combater estas discriminações.

A visão dos gestores e coordenadores quanto a implementação da Lei 10.639/03, nas escolas, foi confirmada através de práticas formais, ou seja, seguiam a lei convencional. Numa perspectiva da escrita da lei por si só, ou seja, puramente formal, baseados na leitura, escrita e significado, assim sendo, Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. papel social da escola como um espaço de transformação, de promoção de mudanças na vida social de cada aluno.(PRESIDENCIA DA REPUBLICA, 2003)

Diante desta concepção, o estudo revelou que os gestores/coordenadores das escolas pesquisadas conheciam Lei, contudo o resgate da população no que tange a raça, o ensino da historia e cultura afro-brasileira e afriacana, para garantia e valorização da cultura além do aspecto racial, numa proposta também de ressignificação social não foi abordado.

E que a implementação da lei referendada no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de Historia e Cultura Afrobrasileira e Africana, nos seus eixos norteadores, não foram percebidos, muito menos utilizados nas escolas.

Enfim, apesar de todas as dificuldades encontradas no decorrer do trabalho, dentre elas, falta de resposta, de devolução dos questionários, tanto por parte da Gerencia Regional de Ensino, tanto dos gestores de algumas, escolas, após termino da analise das questões percebe-se a inexistência de base política por parte dos entrevistados, falta de monitoramento desta lei, por parte dos órgãos superiores, uma vez que pressupõe uma existência tímida de monitoramento, pontuada e enfatizada principalmente no dia da Consciência Negra (20/11) e por outro lado, a pesquisa mostrou a necessidade de se efetivar congruentemente o escrito nos seis eixos do plano de educação proposto para esta lei.

Baseada nas informações oriundas da pesquisa, ficou evidenciado a necessidade de formação continuada para todos os envolvidos no processo educacional, bem como, da distribuição de material didático, da melhoria de condições institucionais, da percepção efetiva e democrática do gestor em suas atitudes e ações no interior das escolas, e principalmente da participação de todos atores envolvidos no processo educacional.

BIBLIOGRAFIA

- ARTIGO PERCURSO DA LEI 10639/03: ANTECEDENTES E DESDOBRAMENTOS Lei 10639/03 no GDF e o estado da questão nas escolas públicas (a pesquisa) WWW.UFPI.BR/SUBSITEFILES/PPGED <http://www.portaldaigualdade.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf>
- BOAVENTURA SOUSA SANTOS (2006:316) Cap;3
- BRASIL/ SEF. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural. Brasília: MEC/ SEF, 1998.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais: Ensino de Quinta a Oitava Séries. Brasília: MEC / SEF, 1998.
- _____. Constituição da República Federativa, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.go.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm>. Acesso em: 23 abr. 2014.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- BRASIL
- _____. Lei n. 9.394 de 20/12/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, ano CXXXIV, n. 248, p. 27.833-27.841, 23 dez. 1996.
- CASTRO, Mary Garcia, Gênero e Raça: desafios à escola. In: Pasta de textos da professora e do professor. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador. Secretaria Municipal da Educação e Cultura, 2004
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.*[online]. 2002, vol.10, n.1, pp. 171-188.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Orientações Pedagógicas para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede Pública de Ensino do DF (artigo 26-a da LDB). Brasília: SEEDF, Subsecretaria de Educação Básica/Coordenação de Educação em Diversidade, 2012
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto, e AGUIAR, Márcia Ângela da S. (orgs.). *Gestão da Educação – Impasses, Perspectivas e compromissos*. São Paulo, Cortez (2000)
- GARCIA-FILICE, Renísia Cristina, Políticas Educacionais, Cultura e Relações Étnico-Raciais: a Implementação do Artigo 26-A da LDB no 9394/96 IN. *Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes*, Brasília: Ipea, 2013.
- GARCIA, Gênero e Raça: desafios à escola. In: Pasta de textos da professora e do professor. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador. Secretaria Municipal da Educação e Cultura, 2004.
- GIDDENS, Anthony – O Estado Nação e a Violência: Segundo Volume de Uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico – Tradução: Beatriz Guimarães – 1.ed., reimpr. São Paulo – Ed.: USP, 2008.
- HEILBORN, M.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. (Orgs). *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça / GPP-GeR: modulo I a VI. Políticas Públicas em Gênero e Raça*. Rio de Janeiro: CEPESC; BASILIA, Secretararia de Políticas de Políticas para as Mulheres,2010.
- MIRANDA. Jose da C Bispo – A produção social do pobre e do negro pelo branco dominante – Uespi e Doutorando na PUC-SP. Disponível em:< http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.14/GT14_1_2002.pdf> Acesso em 12 de maio de 2014
- SILVA, MAURICIO, (Orgs.) *Programa de Formação de Conselheiros Nacionais: Cidadania e Luta por Direitos Humanos, Sociais, Econômicos, Culturais e Ambientais* pag. 80)
- NASCIMENTO, Wilson do.A Discriminação do Negro como Fato Estruturador do Poder
- RIOS, Terezinha Azerêdo. “O gesto do professor ensina”. *Acervo Digital da UNESP, Universidade Estadual Paulista, São Paulo* (http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/25/3/D04_O_Gesto_do_Professor_Ensina.pdf). Consultado em 06/05/2014.
- QUARESMA, Silvia Jurema Leone *(http://www.achegas.net/numero/42/silvia_jurema_42.pdf). Consultado em 20/06/2014
- RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. *Educação das relações raciais no Distrito Federal: Desafios da gestão*, Brasília: 2010. 207 p.
- IX SEMINARIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTORIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL” – Universidade Federal de Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos - <https://sites.google.com/site/revistasankofa/>
- [HTTPS://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/.../c_oliveira1.pdf](https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/.../c_oliveira1.pdf)

WWW.acordacultura.org.br/.../contribuicoes_para_implementacao_da_lei.pdf
<http://biruelsociologia.blogspot.com.br/2009/10/max-weber-principais-conceitos.html>

ANEXOS



Faculdade de Educação

Aluna: ANDREA BORGES BOTTINO

Curso: Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – GPP – GeR

Orientadora: Deborah Silva Santos

Prezado(a) gestor(a) e coordenador(a) sou aluna do Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, da Universidade de Brasília, e estou pesquisando sobre a questão da raça no interior das escolas públicas do DF, necessito de sua atenção, para responder as questões abaixo sobre a aplicação da Lei 10.639/03

QUESTIONARIO PARA OS GESTORES ESCOLARES / COORDENADORES PEDAGÓGICOS

1. Para você existe racismo no interior da escola?

() Sim

() Não

2. Qual sua opinião sobre racismo?

3. Sobre a Lei 10.639/03, como ela é utilizada na sua escola?

4. Para você essa lei combate ou fortalece o racismo nas escolas? Por que?

5. Na sua opinião, você identifica essa lei como uma política pública voltada a promoção de igualdade racial? Em que medida?

6. Na sua opinião, como esta lei é visualizada pelo corpo discente (alunos)?
Você já percebeu alguma mudança de comportamento?

7. E pelo corpo docente (professores)?

8. Você mudaria alguma coisa na Lei? O que? E por que?

9. Existe por parte da gerencia de ensino um monitoramento no que tange essa lei? Como?

Prezado(a) gestor(a)/coordenador(a) da regional de ensino, sou aluna do Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e raça, da Universidade de Brasília, e estou pesquisando sobre a questão de raça no interior das escolas públicas do DF, necessito de sua atenção, para responder as questões abaixo relacionadas,

**QUESTIONARIO PARA OS GESTORES / COORDENADORES PEDAGÓGICOS
DAS REGIONAIS DE ENSINO**

1. Para você existe racismo no interior da escola?

() Sim

() Não

2. Qual sua opinião sobre racismo?

3. Sobre a Lei 10.639/03, como ela deve ser utilizada nas escolas?

4. Essa lei é destinada ao combate ao racismo nas escolas, quais as ações que estão previstas para sua utilização no interior das escolas?

-
-
-
-
-
5. A lei esta ou não identificada como uma política publica voltada a promoção de igualdade racial? Em que medida?

6. Quais são as estratégias utilizadas pela Regional de Ensino para o fortalecimento dessa Lei no interior das escolas ? De que forma isto acontece?

7. Existe um monitoramento nas escolas para se observar se essas estratégias estão sendo utilizadas? Se positivo, de que forma isto acontece?

8. Qual são as metas que o governo pretende chegar com as estratégias acima citadas?

9. Você mudaria alguma coisa na Lei? O que? E por que?
